



PT quer trabalhadores longe dos ganhos do pré-sal

Síntese: *O governo Lula quer impedir que os trabalhadores usem recursos depositados no FGTS na capitalização da Petrobras. Uma das razões que explica isso é o medo do escrutínio: acionistas tendem a ser muito mais exigentes com as empresas das quais detêm papéis. Sem poder dispor do FGTS, os cotistas terão perdas significativas na distribuição de dividendos. Até agora, as duas únicas operações de oferta de ações com o uso do FGTS foram feitas no governo tucano. Ambas renderam ganhos expressivos aos trabalhadores: foram 791% com as ações da Petrobras e 716% com as da Vale. Quem manteve o dinheiro no fundo recebeu muito menos.*

Passadas algumas semanas desde a festiva apresentação dos projetos com as novas regras para exploração do petróleo na camada de pré-sal, o único avanço até agora foi o recuo do governo quanto à exigência da tramitação das propostas em regime de urgência constitucional. Venceu o interesse público, e a sociedade brasileira terá alguns dias mais para fazer valer suas opiniões num tema com capacidade para redesenhar o futuro do país. Todos os quatro projetos merecem reparos, a começar pelo que trata da capitalização da Petrobras.

O centro da questão é o impedimento, determinado pelo governo Lula, de que os trabalhadores aportem recursos do FGTS na operação, que pode chegar a R\$ 100 bilhões. A capitalização é um processo pelo qual uma empresa emite ações novas para levantar recursos para investimentos. Os acionistas têm prioridade na compra dos papéis e podem comprar até o limite da participação que detêm no capital da companhia.

Por quaisquer ângulos que se observe, não há justificativa plausível para o veto de Lula à participação dos trabalhadores no aporte da Petrobras. Mas as razões podem começar a ser buscadas no viés ideológico que move toda a atual campanha governista em torno do pré-sal: o governo não quer que mais cidadãos e trabalhadores se transformem em acionistas de uma empresa pública. Por quê?

Medo do escrutínio

A resposta não é das mais complicadas. A relação que se estabelece entre um acionista, por mais minoritário que seja, e uma empresa pública, como a Petrobras, é bem distinta da que normalmente move as atenções de um cidadão qualquer. O acionista, por menor que ele seja, quer ver a empresa da qual possui um naco, por menor que ele seja, produzindo com eficiência crescente. Não quer vê-la usada como instrumento de política partidária, nem para acomodar apadrinhados, o que, em regra, não colabora para torná-la mais produtiva.

Numa relação acionista-empresa, o nível de exigência em relação ao aumento da competência da companhia cresce, ao mesmo tempo em que o cidadão-acionista também cobra maiores responsabilidades da empresa perante a

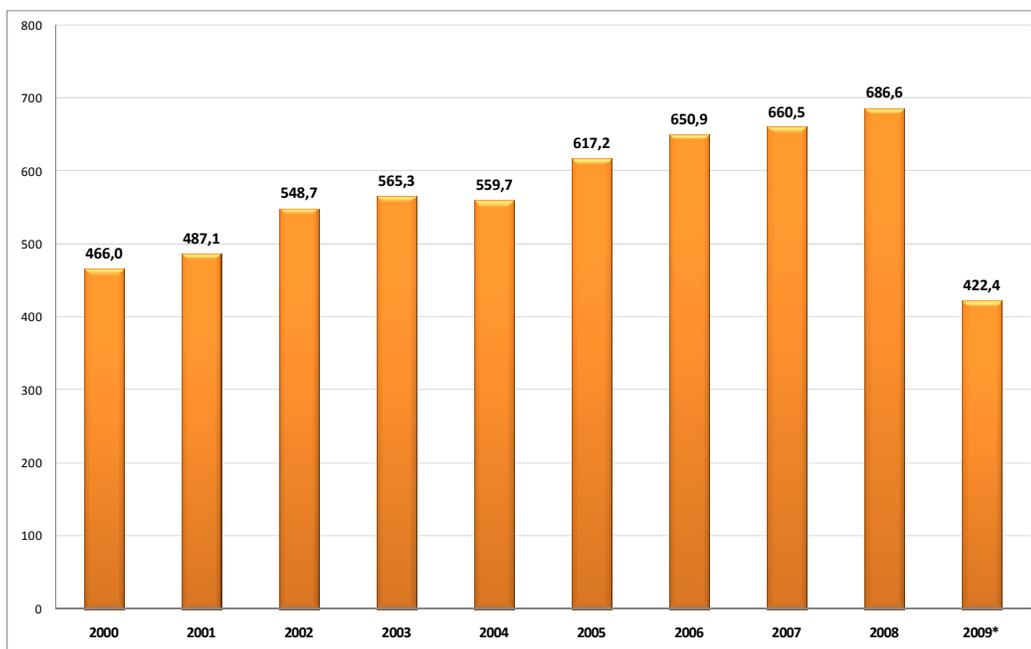
sociedade. O escrutínio é maior, e é precisamente disto que o governo Lula tem medo. Em agosto de 2000, o governo Fernando Henrique tomou atitude oposta, demonstrando que não temia deparar-se com uma abertura maior da Petrobras: permitiu que trabalhadores passassem à condição de também acionistas da petrolífera.

Sabia-se, desde então, que o olho vivo dos novos acionistas faria a companhia trabalhar melhor, como de fato ocorreu. Prova disso é que, nos 12 anos em que vigora a atual Lei do Petróleo (nº 9.478/97), a produção da Petrobras cresceu 93% e suas ações subiram quatro vezes mais que a média das 13 maiores empresas mundiais do segmento que possuem capital aberto, de acordo com levantamento feito pela *The Economist*.

Os ganhos dos trabalhadores-acionistas

Aberta a possibilidade de participar da capitalização, pouco mais de 312 mil brasileiros investiram parte do seu FGTS na empresa. Até hoje ninguém teve do que se arrepender: passados nove anos, os fundos mútuos abertos para aplicação em papéis da Petrobras renderam 791%. Tivessem continuado a dormir no FGTS, os valores teriam sofrido reajuste de apenas 60%. Ganharam os trabalhadores, ganhou o mercado de capitais, ganhou a companhia.

Produção nacional de petróleo (em milhões de barris)



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. *Até julho.

Não contente com apenas esta experiência, dois anos depois o governo tucano abriu uma segunda possibilidade de investimento: aplicar em ações da Vale. Novamente muitos dos que tinham recursos no FGTS se apressaram a investir nos papéis. O resultado foi igualmente satisfatório para os trabalhadores: ganho de 716% desde então, ante apenas 48% anotados pelo FGTS, que é remunerado à taxa de 3% ao ano mais TR.

Atualmente, o FGTS conta com saldo de R\$ 175,3 bilhões, segundo demonstrativo financeiro referente a 31 de dezembro divulgado pela Caixa Econômica Federal. Mas o governo Lula não quer permitir que os brasileiros

disponham de nem um centavo destes recursos, que são direitos dos trabalhadores, embora tenha enviado ao Congresso proposta que permite o uso de depósitos do FGTS para investimentos em projetos do PAC – de retorno muito mais duvidoso. Dois pesos, duas medidas.

As perdas dos trabalhadores

Sem a possibilidade de utilizar parte do FGTS na bilionária capitalização, os atuais acionistas sairão prejudicados. Não apenas deixarão de ganhar com a possível valorização da Petrobras a partir dos resultados da exploração do pré-sal, como também perderão dinheiro. Isto porque, sem participar da operação, terão sua fatia no bolo acionário da companhia diluída e, com isso, receberão menos – por exemplo, em dividendos – pelos futuros ganhos da empresa.

Os cotistas de fundos mútuos do FGTS respondem hoje por 2,1% da base de acionistas da Petrobras. Só no ano passado, eles receberam R\$ 217 milhões em dividendos distribuídos pela companhia. Estima-se que, para manter o quinhão de que hoje dispõem, seria preciso investir até 84% do que atualmente têm aplicado em papéis da empresa. Sem poder contar com o FGTS, a única alternativa seria aportar dinheiro do próprio bolso, o que nem sempre é viável.

Preso a transformar a União em majoritária na Petrobras para elevar a participação estatal nos resultados da exploração do pré-sal no regime de partilha, Lula não se mostra disposto a ceder no uso do FGTS. É a típica situação em que um erro conduz a outro ainda pior. Até agora, o governo petista não conseguiu provar que as regras do modelo em vigor sejam incapazes de render ao país ganhos iguais aos do novo sistema. A diferença é que a concessão funciona de maneira muito mais transparente e previsível, e menos sujeita a ingerências discricionárias dos governos de turno. Mas tudo indica que luz do sol é justamente o que o PT não quer no debate do pré-sal.



“Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV” é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra “Cancelamento” e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília – DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br